CAPÍTULO VI

Espaço social e génese das «classes»

A construção de uma teoria do espaço social implica uma série de rupturas com a teoria marxista[1]. Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias — neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir — em detrimento das *relações* e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efectivamente mobilizado; ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo económico, às relações de produção económica constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objectivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos.

O espaço social

Num primeiro tempo, a sociologia apresenta-se como uma *topologia social*. Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor

[1] Uma versão abreviada deste texto foi pronunciada no quadro das *Vorlesungen zu den Geistes und Sozialwissenschaften*, na Universidade de Francforte, em Fevereiro de 1984.

delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço — mesmo que tal seja concebível. Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades actuantes, ele pode ser descrito também como campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às *interacções* directas entre os agentes [2].

As propriedades actuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos. O capital — que pode existir no estado objectivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido — representa um poder sobre um campo (num dado momento) e, mais precisamente, sobre o produto acumulado do trabalho passado (em particular sobre o conjunto dos instrumentos de produção), logo sobre os mecanismos que contribuem para assegurar a produção de uma categoria de bens e, deste modo, sobre um conjunto de rendimentos e de ganhos. As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de facto, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valeria, *mutatis mutandis*, para o capital económico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural).

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital económico — nas suas diferentes espécies —, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado

---

[2] Pode-se julgar ter-se rompido com o substancialismo e ter-se introduzido um modo de pensamento relacional quando se estudam de facto as interacções e as permutas reais (de facto, as solidariedades práticas, como as rivalidades práticas, ligadas ao contacto directo e à interacção — vizinhança — podem ser um *obstáculo* à construção das solidariedades baseadas na vizinhança no espaço teórico).

prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Pode-se assim construir um modelo simplificado do campo social no seu conjunto que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogo possíveis (dando-se por entendido que, se cada campo tem a sua lógica própria e a sua hierarquia própria, a hierarquia que se estabelece entre as espécies do capital e a ligação estatística existente entre os diferentes haveres fazem com que o campo económico tenda a impor a sua estrutura aos outros campos.

Pode-se descrever o campo social como um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital — quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses[3].

A forma de que se reveste, em cada momento e em cada campo social, o conjunto das distribuições das diferentes espécies de capital (incorporado ou materializado), como instrumentos de apropriação do produto objectivado do trabalho social acumulado, define o estado das relações de força — institucionalizadas em estatutos sociais duradoiros, socialmente reconhecidos ou juridicamente garantidos —, entre agentes objectivamente definidos pela sua posição nestas relações. Esta posição determina os poderes actuais ou potenciais nos diferentes campos e as probabilidades de acesso aos ganhos específicos que eles ocasionam[4].

---

[3] O inquérito estatístico só pode apreender esta relação de forças em forma de *propriedades*, por vezes juridicamente garantidas por meio dos *títulos* de propriedade económica, cultural — títulos escolares — ou social — títulos de nobreza —; é isto que explica o liame entre a pesquisa empírica sobre as classes e as teorias da estrutura social como *estratificação* descrita em termos de distância em relação aos instrumentos de apropriação («distância em relação ao núcleo dos valores culturais» de Halbwachs), como faz o próprio Marx quando fala da «massa privada de propriedade».

[4] Em certos universos sociais, aos princípios de divisão que, como o volume e a estrutura do capital, determinam a estrutura do espaço social acrescem princípios de divisão relativamente independentes das propriedades económicas ou culturais, como a filiação étnica ou religiosa. A distribuição dos agentes aparece neste caso como o produto da intersecção de dois espaços que são parcialmente independentes, podendo uma etnia situada em posição inferior no espaço das etnias ocupar posições em todos os campos, ainda os mais altos, mas com taxas de representação inferiores às de uma etnia situada numa posição superior. Cada etnia pode assim ser caracterizada

O conhecimento da posição ocupada neste espaço comporta uma informação sobre as propriedades intrínsecas (condição) e relacionais (posição) dos agentes. Isso vê-se particularmente bem no caso dos ocupantes das posições intermédias ou médias que, além dos valores médios ou medianos das suas propriedades, devem um certo número das suas características mais típicas ao facto de estarem situadas *entre* os dois pólos do campo, no ponto *neutro* do espaço, e de oscilarem entre as duas posições extremas.

Classes no papel

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. Esta classe no papel tem a existência *teórica* que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa, perfeitamente semelhante à dos zoólogos ou dos botânicos, ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas — e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. Não é realmente uma classe, uma classe actual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe *provável*, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objectivos às acções de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes.

Deste modo, é preciso afirmar, contra o *relativismo nominalista* que anula as diferenças sociais ao reduzi-las a puros artefactos teóricos, a existência de um espaço objectivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias. É preciso afirmar, contra o *realismo do inteligível* (ou reificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da

---

pelas posições sociais dos seus membros, pela taxa de dispersão dessas posições e, enfim, pelo seu grau de integração social, apesar da dispersão (podendo a solidariedade étnica produzir o efeito de assegurar uma forma de mobilidade colectiva).

análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura do espaço social) não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituirem em grupos práticos, famílias (homogamia), clubes, associações e mesmo «movimentos» sindicais ou políticos. O que existe, é um *espaço de relações* o qual é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforços e sobretudo em tempo (ir de baixo para cima é guindar-se, trepar e trazer as marcas ou os estigmas desse esforço). Também as distâncias se medem nele em tempo (de ascensão ou de reconversão, por exemplo). E a probabilidade da mobilização em movimentos organizados, dotados de um aparelho e de porta-voz (precisamente aquilo que leva a falar de «classe») será inversamente proporcional ao afastamento nesse espaço. Se a probabilidade de reunir realmente ou nominalmente — pelo poder do delegado — um conjunto de agentes é tanto maior quanto maior é a sua proximidade no espaço social e quanto mais restrita, logo mais homogénea, é a classe construída a que eles pertencem, a aproximação dos mais chegados nunca é *necessária*, fatal (pois que os efeitos da concorrência imediata podem fazer barreira) e a aproximação dos mais afastados nunca é *impossível*: se há mais probabilidade de mobilizar no mesmo grupo real o conjunto dos operários do que o conjunto dos patrões e dos operários, pode-se, graças a uma crise internacional, por exemplo, conseguir um agrupamento baseado em liames de identidade nacional (isto em parte porque, pela história que lhe é própria, cada um dos espaços sociais nacionais tem a sua estrutura própria — por exemplo em matéria de desvios hierárquicos no campo económico).

Como o ser segundo Aristóteles, o mundo social pode ser dito e construído de diferentes modos: ele pode ser praticamente percebido, dito, construído, segundo diferentes princípios de visão e de divisão — por exemplo, as divisões étnicas —, dando-se por entendido que os reagrupamentos na estrutura do espaço construído na base da distribuição do capital apresentam maiores probabilidades de serem estáveis e duradoiros e que as outras formas de reagrupamento estarão sempre ameaçadas pelas cisões e oposições ligadas às distâncias no

espaço social. Falar de um espaço social, é dizer que se não pode juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer, descurando as diferenças fundamentais, sobretudo económicas e culturais. Mas isso não exclui nunca completamente que se possam organizar os agentes segundo outros princípios de divisão — étnicos, nacionais, etc. É preciso, de resto, notar que estes estão geralmente ligados aos princípios fundamentais, estando os conjuntos étnicos, eles próprios pelo menos grosseiramente, hierarquizados no espaço social, por exemplo, nos E.U.A. (por intermédio do critério de antiguidade na imigração, à excepção dos Negros)[5].

É isto que marca uma primeira ruptura com a tradição marxista. Com efeito, esta identifica, por vezes, sem outra forma de processo, a classe construída com a classe real, quer dizer, as coisas da lógica com a lógica das coisas, como Marx dizia censurando Hegel; outras vezes, distinguindo-as pela oposição entre a «classe-em-si», definida na base de um conjunto de condições objectivas, e a da «classe-para-si» radicada em factores subjectivos, ela descreve a passagem de uma à outra, sempre celebrada como uma verdadeira promoção ontológica, em termos de uma lógica ora totalmente determinista, ora, pelo contrário, plenamente voluntarista. No primeiro caso, a transição aparece como uma necessidade lógica, mecânica ou orgânica (a transformação do proletariado como *classe-em-si* em *classe-para-si* é aqui apresentada como um efeito inevitável do tempo, da «maturação das condições objectivas»); no segundo caso, ela apresenta-se como o efeito da «tomada de consciência», concebida como «tomada de conhecimento» da teoria operada sob a direcção esclarecida do partido. Em caso algum nada é dito acerca da alquimia misteriosa pela qual um «grupo em luta», colectivo personalizado, agente histórico que determina os seus próprios fins, surge das condições económicas objectivas.

[5] A mesma coisa se diria acerca das relações entre o espaço geográfico e o espaço social: estes dois espaços nunca coincidem completamente; no entanto muitas diferenças que, geralmente, se associam ao efeito do espaço geográfico, por exemplo, à oposição entre o centro e a periferia, são o efeito da distância no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico.

Por uma espécie de falsificação de escrita, fazem-se desaparecer as questões mais importantes: por um lado, a própria questão do político, a da acção própria dos agentes que, em nome de uma definição teórica da «classe», destinam aos seus membros os fins oficialmente mais conformes com os seus interesses «objectivos», quer dizer, teóricos, e a do trabalho pelo qual eles conseguem produzir, se não a classe mobilizada, pelo menos a crença na existência da classe, fundamento da autoridade dos seus porta-vozes; por outro lado, a questão das relações entre as classificações com ambição à objectividade que o letrado, nisso parecido com o zoólogo, produz, e as classificações continuamente produzidas pelos próprios agentes na existência corrente e por meio das quais tentam modificar a sua posição nas classificações objectivas ou os próprios princípios segundo os quais essas classificações são produzidas.

A percepção do mundo social e a luta política

A teoria mais acentuadamente objectivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do *trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social. A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado «objectivo», ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (e tal como há mais probabilidades de que sejam os animais com penas a terem asas do que a tê-las os animais com pêlo, também há mais probabilidades de que os visitantes de museus sejam os que possuem um forte capital cultural do que os que dele estão desprovidos); do lado «subjectivo», ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptí-

veis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas. É certo, em todo o caso, que os objectos do mundo social podem ser percebidos e enunciados de diferentes maneiras porque, como os objectos do mundo natural, eles comportam sempre uma parte de indeterminação e de vago — pois que, por exemplo, as combinações mais constantes de propriedades nunca têm outro fundamento que não sejam as ligações estatísticas entre caracteres substituíveis — e também porque, enquanto objectos históricos, estão sujeitos a variações no tempo, estando a sua significação, na medida em que se acha ligada ao porvir, em suspenso ela própria, em tempo de dilação, expectante e, deste modo, relativamente indeterminada. Esta parte de jogo, de incerteza, é o que dá fundamento à pluralidade das visões do mundo, ela própria ligada à pluralidade dos pontos de vista, como o dá a todas as lutas simbólicas pela produção e imposição da visão do mundo legítima e, mais precisamente, a todas as estratégias cognitivas de *preenchimento* que produzem o sentido dos objectos do mundo social ao irem para além dos atributos directamente visíveis pela referência ao futuro e ao passado — esta referência pode ser implícita e tácita, através do que Husserl chama a *protensão* e a *retenção*, formas práticas de prospecção ou de retrospecção que excluem a posição do futuro e do passado como tais; ela pode ser explícita, como nas lutas políticas, em que o passado, com a reconstrução retrospectiva de um passado ajustado às exigências do presente («La Fayette, aqui estamos!»), e sobretudo o futuro, com a previsão criadora, são continuamente invocados para determinar, delimitar, definir o sentido, sempre em aberto, do presente.

Sustentar que a percepção do mundo social implica um acto de construção não implica, de modo algum, que se aceite uma teoria intelectualista do conhecimento: o que é essencial na experiência do mundo social e no trabalho de construção que ela comporta opera-se, na prática, aquém do nível da representação explícita e da expressão verbal. Mais chegado a um inconsciente de classe que a uma «consciência de classe» no

sentido marxista, o sentido da posição ocupada no espaço social (aquilo a que Goffman chama o «sense of one's place») está no domínio prático da estrutura social no seu conjunto, o qual se descobre através do sentido da posição ocupada nessa estrutura. As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode «permitir-se a si mesmo» implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites («isso não é para nós») ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar — e isto, sem dúvida, de modo tanto mais firme quanto mais rigorosas são as condições de existência e quanto mais rigorosa é a imposição do princípio de realidade (daí o profundo realismo que caracteriza frequentemente a visão do mundo dos dominados e que, funcionando como uma espécie de instinto de conservação socialmente constituído, só pode parecer conservador em referência a uma representação exterior, portanto normativa, do «interesse objectivo» daqueles que ele ajuda a viver, ou a sobreviver)[6].

[6] Este *sentido das realidades* não implica, de forma alguma, *consciência de classe* no sentido psicosociológico, o menos irreal que se pode dar a este termo, quer dizer, uma *representação explícita* da posição ocupada na estrutura social e dos interesses colectivos que lhe são correlativos; menos ainda uma *teoria das classes sociais*, quer dizer, não só um sistema de classificação firmado em princípios explícitos e logicamente controlados mas também um conhecimento rigoroso dos mecanismos responsáveis pelas distribuições. De facto, para acabar de vez com a metafísica da tomada de consciência e da consciência de classe, espécie de *cogito* revolucionário da consciência colectiva de uma entidade personificada, basta examinar as condições económicas e sociais que possibilitam esta forma de distância em relação ao presente da prática implicada pela concepção e a formulação de uma representação mais ou menos elaborada de um futuro colectivo. (É o que eu tinha esboçado na minha análise das relações entre a consciência temporal — e sobretudo a aptidão para o cálculo económico racional — e a consciência política entre os trabalhadores argelinos).

Se as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objectivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações. Mas a parte de indeterminação e de vago que os objectos do mundo social comportam é, com o carácter prático, pré-reflexivo e implícito dos esquemas de percepção e de apreciação que lhes são aplicados, o ponto arquimédio que se oferece objectivamente à acção propriamente política. O conhecimento do mundo social e, mais precisamente, as categorias que o tornam possível, são o que está, por excelência, em jogo na luta política, luta ao mesmo tempo teórica e prática pelo poder de conservar ou de transformar o mundo social conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo.

A capacidade de fazer existir em estado explícito, de publicar, de tornar público, quer dizer, objectivado, visível, dizível, e até mesmo oficial, aquilo que, por não ter acedido à existência objectiva e colectiva, permanecia em estado de experiência individual ou serial, mal-estar, ansiedade, expectação, inquietação, representa um considerável poder social, o de constituir os grupos, constituindo o *senso comum*, o consenso explícito, de qualquer grupo. De facto, este trabalho de categorização, quer dizer, de explicitação e de classificação, faz-se sem interrupção, a cada momento da existência corrente, a propósito das lutas que opõem os agentes acerca do sentido do mundo social e da sua posição nesse mundo, da sua identidade social, por meio de todas as formas do bem dizer e do mal dizer, da bendição ou da maldição e da maledicência, elogios, congratulações, louvores, cumprimentos ou insultos, censuras, críticas, acusações, calúnias, etc. Não é por acaso que *katègorein* de que vêm as nossas categorias e os nossos categoremas, significa *acusar publicamente*.

Compreende-se que uma das formas elementares do poder político tenha consistido, em muitas sociedades arcaicas, no poder quase mágico de *nomear* e de fazer existir pela virtude da nomeação. É assim que na Cabila, a função de explicitação e

o trabalho de produção simbólica que os poetas exerciam, sobretudo em situações de crise, em que o sentido do mundo se esquiva, lhes conferiam funções políticas eminentes, como as de chefe de guerra ou de embaixador[7]. Mas com os progressos da diferenciação do mundo social e a constituição de campos relativamente autónomos, o trabalho de produção e de imposição do sentido faz-se tanto no seio das lutas do campo de produção cultural como por meio delas mesmas (e sobretudo no seio do subcampo político): ele é a função própria, o interesse específico dos produtores profissionais de representações objectivadas do mundo social ou, melhor, de métodos de objectivação.

Se o modo de percepção legítimo é objecto de lutas tão importantes, é porque, por um lado, a passagem do implícito ao explícito nada tem de automático, podendo a mesma experiência do social reconhecer-se em expressões muito diferentes, e porque, por outro lado, as diferenças objectivas mais acentuadas podem estar dissimuladas por diferenças mais imediatamente visíveis (como as que separam as etnias, por exemplo). Se é verdade que existem na objectividade das configurações perceptivas, *Gestalten* sociais, e que a proximidade das condições, portanto, das atitudes, tende a retraduzir-se em ligações e em reagrupamentos duradoiros das unidades sociais imediatamente perceptíveis, tais como regiões ou bair-

[7] Neste caso, a produção do senso comum consiste, essencialmente, em reinterpretar ininterruptamente o tesouro comum de discursos sagrados (provérbios, ditados, poemas gnómicos, etc.), em «dar um sentido mais puro às palavras da tribo». Apropriar-se das palavras em que se acha sedimentado tudo o que o grupo reconhece é ter a garantia de uma vantagem considerável nas lutas pelo poder. É o que se vê bem nas lutas pela autoridade religiosa: a palavra mais preciosa é a palavra sagrada e, como nota Gershom Scholem, é por a contestação mística ter de se reapropriar dos símbolos para se fazer reconhecer que ela acaba por ser «recuperada» pela tradição. Objectos de luta, as palavras do léxico político trazem a marca da polémica na forma da *polissemia* que é o vestígio dos usos antagonistas que grupos diferentes delas fizeram e delas fazem. Uma das estratégias mais universais dos profissionais do poder simbólico — poetas nas sociedades arcaicas, profetas, homens políticos — consiste assim em pôr o *senso comum* do seu próprio lado apropriando-se das palavras que estão investidas de valor por todo o grupo, porque são depositárias da crença dele.

ros socialmente distintos (com a segregação espacial), ou dos conjuntos de agentes dotados de propriedades visíveis perfeitamente semelhantes, tais como os *Stände*, também é verdade que só há diferença socialmente conhecida e reconhecida para um sujeito capaz não só de perceber as diferenças, mas também de as reconhecer como significantes, interessantes, quer dizer, para um sujeito dotado da aptidão e da inclinação *para fazer* as diferenças que são tidas por significativas no universo social considerado.

Assim o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das suas distribuições, tem acesso, na própria objectividade, ao estatuto de *sistema simbólico* que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo a lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em *distinção* significante. O espaço social e as diferenças que nele se desenham «espontaneamente» tendem a funcionar simbolicamente como *espaço dos estilos de vida* ou como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes.

A distinção não implica necessariamente, como frequentemente se crê, na esteira de Veblen e da sua teoria da *conspicuous consumption*, a procura da distinção. Todo o consumo e, mais geralmente, toda a prática, é *conspicuous*, visível, quer tenha sido ou não realizado *a fim de ser visto*; ele é distintivo, quer tenha sido ou não inspirado pela intenção de dar nas vistas, de se singularizar (*to make oneself conspicuous*), de se distinguir ou de agir com distinção. Como tal, está condenado a funcionar como *sinal distintivo* e, quando se trata de uma diferença reconhecida, legítima, aprovada, como *sinal de distinção* (nos diferentes sentidos). No entanto, os agentes sociais, dado que são capazes de perceber como distinções significantes as diferenças «espontâneas» que, a partir das suas categorias de percepção, têm por pertinentes, também são capazes de aumentar intencionalmente estas diferenças espontâneas de estilo de vida por meio daquilo a que Weber chama a «estilização da vida» (*Stilisierung des Lebens*). A procura da distinção — que pode marcar-se nas maneiras de falar ou na recusa a um casamento desigual — produz separações destinadas a serem percebidas ou, melhor, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas, quer dizer, na maior parte dos casos, como diferenças de natureza (em francês fala-se de distinção natural).

A distinção — no sentido corrente do termo — é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura; e o *Stand* weberiano que muitos gostam de opor à classe marxista, é a classe construída por meio de um recorte ade-

quado do espaço social quando ela é percebida segundo as categorias derivadas da estrutura desse espaço. O capital simbólico — outro nome da distinção — não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de facto, e mais geralmente, os níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção que, como por exemplo os pares de adjectivos empregados para enunciar a maior parte dos juízos sociais, são produto da incorporação das estruturas a que eles se aplicam; e o reconhecimento da legitimidade mais absoluta não é outra coisa senão a apreensão do mundo comum como coisa evidente, natural, que resulta da coincidência quase perfeita das estruturas objectivas e das estruturas incorporadas.

Resulta daqui, entre outras consequências, que o capital simbólico se incorpora no capital simbólico, não só porque a autonomia, real, do campo de produção simbólica não impede que ele permaneça dominado, no seu funcionamento, pelos constrangimentos que dominam o campo social, mas também porque as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força. Na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, em que a própria ciência está inevitavelmente envolvida, os agentes detêm um poder à proporção do seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo. A autoridade que fundamenta a eficácia performativa do discurso sobre o mundo social, a força simbólica das visões e das previsões que têm em vista impor princípios de visão e de divisão desse mundo, é um *percipi*, um ser reconhecido e reconhecido (*nobilis*), que permite impor um *percipere*. Os mais *visíveis* do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão mudando as categorias de percepção. Mas, salvo excepção, são também os menos inclinados a fazê-lo.

A ordem simbólica e o poder de nomeação

Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da *nomeação* legítima como imposição oficial — isto é, explícita e pública — da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*. De um lado, está o universo das perspectivas particulares, dos agentes singulares que, a partir do seu ponto de vista particular, da sua posição particular, produzem nomeações — deles mesmos e dos outros — particulares e interessadas (sobrenomes, alcunhas, insultos ou, *no limite*, acusações, calúnias, etc.) — e tanto mais ineficazes em se fazerem reconhecer, portanto, em exercer um efeito propriamente simbólico, quanto menos *autorizados* estão os seus autores, a título pessoal (*auctoritas*) ou institucional (delegação) e quanto mais interessados estão em fazer reconhecer o ponto de vista que se esforçam por impor[8]. Do outro lado, está o ponto de vista autorizado de um agente autorizado, a título pessoal, como certo grande crítico, certo

[8] Como bem mostrou Leo Spitzer a respeito do *Dom Quixote*, em que a mesma personagem está dotada de vários nomes, a polionomásia, quer dizer, a pluralidade dos nomes, sobrenomes, alcunhas que são atribuídos ao mesmo agente ou à mesma instituição é, com a polissemia das palavras ou das expressões e designam os valores fundamentais dos grupos, o vestígio visível das lutas pelo poder de nomear que se travam no seio de todos os universos sociais (L. Spitzer, «Perspectivism in Don Quijote», in *Linguistics and Literary History*, N. Y., Russell and Russel, 1948).

prefaciador de prestígio ou certo autor consagrado («J'accuse») e, sobretudo, o ponto de vista legítimo do porta-voz autorizado, do mandatário do Estado, «geometral de todas as perspectivas», no dizer de Leibniz, a nomeação oficial, ou o título que, como o título escolar, vale em todos os mercados e que, enquanto definição oficial da identidade oficial, subtrai os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal. O Estado, que produz as classificações oficiais é, de certo modo, o Tribunal Supremo a que se referia Kafka quando punha Block a dizer, a respeito do advogado e da pretensão deste a colocar-se entre os «grandes advogados»: «Quem quer que seja pode naturalmente qualificar-se de "grande" se isso lhe agradar, mas na matéria em questão são os usos do tribunal que decidem» [9]. A verdade é que a análise científica não tem que escolher entre o perspectivismo e aquilo a que bem se deve dar o nome de absolutismo: com efeito, a verdade do mundo social é o que está em jogo numa luta entre agentes armados de modo muito desigual para chegarem à visão e à previsão absolutas, quer dizer, autoverificantes.

Poder-se-ia analisar nesta perspectiva o funcionamento de uma instituição como o Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos, instituto do Estado que, produzindo as taxinomias oficiais, investidas de um valor quase jurídico, sobretudo nas relações entre empregadores e empregados — a do título que pode conferir direitos independentes da actividade produtora efectivamente exercida — tende a fixar as hierarquias e, ao fazê-lo, a sancionar e a consagrar uma relação de força entre os agentes a respeito dos nomes de profissão e de ofício, componente essencial da identidade social [10]. A gestão dos nomes é um dos instrumentos da gestão

[9] Franz Kafka, *Le Procès*, Paris, Flammarion, 1983, pp. 219-220.

[10] O dicionário dos ofícios é a forma realizada deste neutralismo social que anula todas as diferenças constitutivas do espaço social tratando uniformemente todas as posições como *profissões*, mediante uma mudança constante do ponto de vista da definição (títulos, natureza da actividade, etc.): quando os anglo-saxónicos chamam aos médicos *professionals*, eles tornam claro que estes agentes são definidos pela sua profissão, que é para eles um *atributo essencial*; pelo contrário, o trabalhador que faz o engate das carruagens é pouco definido por este atributo, que o designa simplesmente como ocupante de um posto de trabalho; quanto ao professor agregado, ele é

da raridade material e os nomes de grupos — sobretudo de grupos profissionais — registam um estado das lutas e das negociações a respeito das designações oficiais e das vantagens materiais e simbólicas que lhes estão associadas. O nome da profissão de que os agentes estão dotados, o título que se lhes dá, é uma das retribuições positivas ou negativas (do mesmo título que o salário) enquanto *marca distintiva* (emblema ou estigma) que recebe o seu valor da posição que ocupa num sistema de títulos organizado hierarquicamente e que contribui por este modo para a determinação das posições relativas entre os agentes e os grupos. Por esta razão, os agentes recorrem a estratégias práticas ou simbólicas tendo em mira maximizar o ganho simbólico da nomeação: por exemplo, podem renunciar às vantagens económicas garantidas por um posto para ocuparem uma posição de menor retribuição mas à qual está atribuído um nome prestigioso, ou orientarem-se para posições cuja designação é menos precisa, escapando assim aos efeitos da desvalorização simbólica, da mesma forma que, ao declararem a sua identidade pessoal, podem atribuir a si mesmos um nome que os engloba numa classe suficientemente vasta para comportar também agentes que ocupam uma posição superior à deles, como o mestre-escola que se faz passar por «professor». De modo mais geral, eles têm sempre a faculdade de escolher entre vários nomes e podem jogar com as indeterminações e os efeitos de imprecisão que estão ligados à pluralidade das perspectivas para tentarem escapar ao veredicto da taxinomia oficial.

Mas a lógica da nomeação oficial nunca se vê tão bem como no caso do *título* — nobiliário, escolar, profissional —, capital simbólico, social e até mesmo juridicamente, garantido. O nobre não é somente aquele que é conhecido, célebre, e mesmo conhecido como bem, prestigioso, em resumo *nobilis*. Ele é também aquele que é reconhecido por uma instância *oficial*, «universal», quer dizer, conhecido e reconhecido por todos. O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo). Cada vez mais indissociável do título escolar, visto que o sistema escolar tende cada vez mais a representar a última e única garantia de todos os títulos profissionais, ele tem em si mesmo um valor e, se bem que se trate de um nome comum, funciona à maneira de um grande nome (nome de grande família ou nome próprio), conferindo todas as espécies de ganhos simbólicos (e dos bens que não é

---

definido, como o que faz o engate das carruagens, por uma tarefa, uma actividade — mas também por um título, como o médico.

possível adquirir directamente com a moeda)[11]. É a raridade simbólica do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão (e não a relação entre a oferta e a procura de uma certa forma de trabalho): segue-se daqui que a retribuição do título tende a tornar-se autónoma em relação à retribuição do trabalho. Assim, o mesmo trabalho pode ter remunerações diferentes, conforme os títulos daquele que o exerce (titular/interino; titular/em exercício, etc.). Dado que o título é em si mesmo uma *instituição* (como a língua) mais duradoira que as características intrínsecas do trabalho, a retribuição do título pode manter-se apesar das transformações do trabalho e do seu valor relativo: não é o valor relativo do trabalho que determina o valor do nome mas o valor institucionalizado do título que serve de instrumento o qual permite que se defenda e se mantenha o valor do trabalho[12].

Isto quer dizer que não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tomar em linha de conta a posição que, nesta luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se acham envolvidos, quer se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) — e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na *nomeação oficial*, da boa classificação, da boa ordem.

Se a estrutura do campo social é definida em cada momento pela estrutura da distribuição do capital e dos ganhos caracte-

[11] A entrada na profissão dotada de um título é cada vez mais estreitamente subordinada à posse de um título escolar, e é estreita a relação entre os títulos escolares e a retribuição profissional, diferentemente do que se observa nos ofícios não titulados em que os agentes que fazem o mesmo trabalho podem ter títulos escolares muito diferentes.

[12] Os detentores do mesmo título tendem a constituir-se em grupo e a dotar-se de organizações permanentes — ordens de médicos, associações de antigos alunos, etc. — destinados a assegurar a coesão do grupo — reuniões periódicas, etc. — e a promover os seus interesses materiais e simbólicos.

rísticos dos diferentes campos particulares, é certo em todo o caso que em cada um desses espaços de jogo, a própria definição daquilo que está em jogo e dos vários trunfos pode ser posta em jogo. Todo o campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos princípios legítimos de divisão do campo. A questão da legitimidade surge da própria possibilidade deste pôr-em-causa, desta ruptura com a doxa que aceita a ordem corrente como coisa evidente. Posto isto, a força simbólica das partes envolvidas nesta luta nunca é completamente independente da sua posição no jogo, mesmo que o poder propriamente simbólico da nomeação constitua uma força relativamente autónoma perante as outras formas de força social. Os constrangimentos da necessidade inscrita na própria estrutura dos diferentes campos pesam ainda nas lutas simbólicas que têm em vista conservar ou transformar esta estrutura: o mundo social é, em grande parte, aquilo que os agentes fazem, em cada momento, contudo eles não têm probabilidades de o desfazer e de o refazer a não ser na base de um conhecimento realista daquilo que ele é e daquilo de que nele são capazes em função da posição nele ocupada.

Em suma, o trabalho científico tem em vista estabelecer um conhecimento adequado não só do espaço das relações objectivas entre as diferentes posições constitutivas do campo mas também das relações necessárias estabelecidas, pela mediação dos *habitus* dos seus ocupantes, entre essas posições e as tomadas de posição correspondentes, quer dizer, entre os pontos ocupados neste espaço e os pontos de vista sobre este mesmo espaço, que participam na realidade e no devir deste espaço. Por outras palavras, a delimitação objectiva de classes construídas, quer dizer, de *regiões* do espaço construído das posições, permite compreender o princípio e a eficácia das estratégias classificatórias pelas quais os agentes têm em vista conservar ou modificar este espaço — e em cuja primeira fila é preciso contar a constituição de grupos organizados com o objectivo de assegurarem a defesa dos interesses dos seus membros.

A análise da luta das classificações traz à luz a ambição política que atormenta a ambição gnoseológica de produzir a

boa classificação, ambição que define de modo próprio o *rex*, aquele a quem pertence, segundo Benveniste, *regere fines* e *regere sacra*, traçar, por meio do dizer, as fronteiras entre os grupos e também entre o sagrado e o profano, o bem e o mal, o vulgar e o distinguido. O cientista, se não quer transformar a ciência social numa maneira de prosseguir a política por outros meios, deve tomar para objecto a intenção de colocar os outros em classes e de lhes dizer por este meio o que eles são e o que têm que ser (é toda a ambiguidade da previsão); ele deve analisar a ambição da visão do mundo criadora — esta espécie de *intuitus originarius* que faria existir as coisas em conformidade com a sua visão (é toda a ambiguidade da classe marxista que é, ao mesmo tempo, ser e dever-ser) — e deve repudiá-la. Ele deve objectivar a ambição de objectivar, de classificar objectivamente, do exterior, agentes que lutam para classificar e para se classificarem. Se, de facto, ele classifica — operando, por exigências da análise estatística, recortes no espaço contínuo das posições sociais — é precisamente para ter a possibilidade de objectivar *todas* as formas de objectivação, do insulto singular à nomeação oficial, sem esquecer a pretensão, característica da ciência na sua definição positivista e burocrática, de arbitrar essas lutas em nome da «neutralidade axiológica». O poder simbólico dos agentes, como poder de fazer ver — *theorein* — e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal, depende com efeito, como o caso do *rex* lembra, da posição ocupada no espaço (e nas classificações que nele estão potencialmente inscritas). Mas objectivar a objectivação é, antes de mais, objectivar o campo de produção das representações objectivadas do mundo social, e em particular das taxinomias legiferantes, em resumo, o campo de produção cultural ou ideológica, jogo em que o próprio cientista está metido, como todos os que discutem acerca das classes sociais.

O campo político e o efeito das homologias

É a este campo de lutas simbólicas, em que os profissionais da representação, — em todos os sentidos do termo — se opõem a respeito de outro campo de lutas simbólicas, que

temos de nos aplicar se queremos compreender, sem nos conformarmos com a mitologia da tomada de consciência, a passagem do sentido prático da posição ocupada, *em si mesma disponível para diferentes explicações*, a manifestações propriamente políticas. Os que ocupam as posições dominadas no espaço social estão também em posições dominadas no campo de produção simbólica e não se vê de onde lhes poderiam vir os instrumentos de produção simbólica de que necessitam para exprimirem o seu próprio ponto de vista sobre o social, se a lógica própria do campo de produção cultural e os interesses específicos que aí se geram não produzisse o efeito de predispor uma fracção dos profissionais envolvidos neste campo a oferecer aos dominados, na base de uma homologia de posição, os instrumentos de ruptura com as representações que se geram na cumplicidade imediata das estruturas sociais e das estruturas mentais e que tendem a garantir a reprodução continuada da distribuição do capital simbólico. O fenómeno que a tradição marxista designa de «a consciência do exterior», quer dizer, a contribuição dada por certos intelectuais para a produção e para a difusão — sobretudo em direcção aos dominados — de uma visão do mundo social em ruptura com a visão dominante, só pode compreender-se sociologicamente se se tiver em conta a homologia entre a posição dominada que é a dos produtores de bens culturais no campo do poder (ou na divisão do trabalho de dominação) e a posição no espaço social dos agentes mais desprovidos dos meios de produção económicos e culturais. Mas a construção do modelo do espaço social que sustenta esta análise supõe uma ruptura bem distinta com a representação unidimensional e unilinear do mundo social que subentende a visão dualista segundo a qual o universo das oposições constitutivas da estrutura social se reduziria à oposição entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho.

As insuficiências da teoria marxista das classes e, sobretudo, a sua incapacidade de explicar o conjunto das diferenças objectivamente provadas, resultam de que, ao reduzir o mundo social unicamente ao campo económico, ela se vê obrigada a definir a posição social em referência unicamente à posição nas

relações de produção económica, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e subcampos — sobretudo nas relações de produção cultural — da mesma forma que todas as oposições que estruturam o campo social e que são irredutíveis oposição entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção económica. Ela põe assim um mundo social unidimensional, organizado simplesmente em torno da oposição entre dois blocos (sendo uma das questões mais importantes a do *limite* entre estes dois blocos, com todas as questões anexas, eternamente debatidas, da aristocracia operária, do «emburguesamento» da classe operária, etc.). Na realidade, o espaço social é um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autónomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos directo ao campo de produção económica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituirem necessariamente em grupos antagonistas).

Mas, o mais importante, do ponto de vista do problema da ruptura do círculo da reprodução simbólica, está em que, na base das homologias de posição no interior de campos diferentes (e do que há de invariante, e até mesmo de universal, na relação entre dominante e dominado) se podem instaurar *alianças* mais ou menos duradoiras e sempre com fundamento num mal-entendido mais ou menos consciente. A homologia de posição entre os intelectuais e os operários da indústria — os primeiros ocupam no seio do campo do poder, isto é, em relação aos patrões da indústria e do comércio, posições que são homólogas das que são ocupadas pelos operários da indústria no espaço social tomado no seu conjunto — está na origem de uma aliança ambígua, na qual os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituirem objectivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados — organiza-

ções sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, etc. [13].

Mas, há que se abster de tratar a homologia de posição, semelhança na diferença, como uma identidade de condição (como faz, por exemplo, a ideologia dos «três PP» — patrão, pai, professor — desenvolvida pelo movimento esquerdista dos anos 60). Não há dúvida de que a mesma estrutura — entendida como *invariante* das formas das diferentes distribuições — se encontra, ela própria, nos diferentes campos, o que explica a fecundidade do pensamento analógico em sociologia. Mas não deixa de ser verdade que o princípio da diferenciação é, de cada vez, diferente, como a natureza do interesse e do que neste está em jogo, logo, a *economia* das práticas. Importa, com efeito, restabelecer uma justa hierarquização, quer dizer, das espécies de capital. O conhecimento da hierarquia dos princípios de divisão permite definir os limites em que operam os princípios subordinados e, a par disso, os limites das similitudes ligadas à homologia; as relações dos outros campos com o campo de produção económica são ao mesmo tempo relações de homologia estrutural e relações de dependência causal; a forma das determinações causais é definida pelas relações estruturais e a força de dominação é tanto maior quanto mais aproximadas das relações de produção económica estiverem as relações em que ela se exerce.

Seria preciso analisar os interesses específicos que os mandatários devem à sua posição no campo político e no subcampo do partido ou do sindicato e mostrar todos os efeitos «teóricos» por eles determinados. Muitas discussões cultas acerca das

[13] A mais perfeita ilustração desta análise pode ser encontrada, graças aos belos trabalhos de Robert Darnton, na história dessa espécie de revolução cultural que os dominados no seio do campo intelectual em via de constituição, os Brissot, Mercier, Desmoulins, Hébert, Marat e tantos outros, fizeram em pleno movimento revolucionário (destruição das academias, dispersão dos salões, supressão das pensões, abolição dos privilégios) e que, encontrando o seu princípio no estatuto dos «parias culturais», se apresentou com prioridade contra os fundamentos simbólicos do poder, tendo contribuído, com a «político-pornografia» e os libelos de boa mente escatológicos, para o trabalho de «des-legitimação» que é, sem dúvida, uma das dimensões fundamentais do radicalismo revolucionário (cf. Robert Darnton, «The High Enlightenment and the Low-Life of Literature in Pre-revolutionary France», *Past and Present* (51), 1971, pp. 81-115; tradução francesa in *Bohême littéraire et révolution, Le monde des livres au XVIIIe siècle*, Paris, Gallimard — Le Seuil, 1983, pp. 7-41; sobre «o caso exemplar de Marat, de quem se ignora frequentemente que foi também, ou em primeiro lugar, um mau físico, pode ler-se C.C. Gillispie, *Science and Polity in France at the End of the Old Regime*, Princeton, Princeton University Press, 1980, pp. 290-330).

«classes sociais» — penso, por exemplo, no problema da aristocracia operária» ou dos «quadros» — nada mais fazem que retomar as questões práticas que se impõem aos responsáveis políticos. Estes têm sempre que fazer frente aos imperativos práticos (frequentemente contraditórios) que surgem da lógica da luta no seio do campo político, como é a necessidade de provar a sua representatividade ou a preocupação de mobilizar o maior número possível de votos ou de mandatos sem deixarem de afirmar a irredutibilidade do seu projecto ao dos outros mandatários, vendo-se assim obrigados a pôr o problema do mundo social em termos de lógica tipicamente substancialista das fronteiras entre os grupos e do volume do grupo mobilizado. Eles podem, por isso, tentar resolver o problema que se põe a qualquer grupo preocupado em conhecer e fazer reconhecer a sua força, quer dizer, a sua existência, recorrendo a conceitos de geometria variável como os de «classe operária», de «povo» ou de «trabalhadores». Mas ver-se-ia sobretudo que o efeito dos interesses específicos associados à posição por eles ocupada no campo e na concorrência pela imposição de visões do mundo social, incita os teóricos e os porta-vozes profissionais, quer dizer, todos aqueles a quem a linguagem comum chama *permanentes*, a produzirem produtos diferenciados, distintivos, que, em consequência da homologia entre o campo dos produtores profissionais e o campo dos consumidores de opiniões, são quase automaticamente ajustados às diferentes formas de procura — definindo-se esta, neste caso mais do que em qualquer outro, como uma procura de diferença, de oposição, para cuja produção, de resto, eles contribuem ao permitir-lhe encontrar uma expressão. É a estrutura do campo político, quer dizer, a relação objectiva com os ocupantes das outras posições, e a relação com as tomadas de posição concorrentes por eles propostas que, tanto como a relação com os mandantes, determina as tomadas de posição, quer dizer, a oferta de produtos políticos. Dado que os interesses directamente envolvidos na luta pelo monopólio da expressão legítima da verdade do mundo social tendem a ser o equivalente específico dos interesses dos ocupantes das posições homólogas no campo social, os discursos políticos acham-se tocados de uma espécie de duplicidade

estrutural: na aparência directamente destinados aos mandantes, eles são, na realidade, dirigidos aos concorrentes no campo.

As tomadas de posição políticas num dado tempo (por exemplo, os resultados eleitorais) são também produto de um encontro entre uma oferta política de opiniões políticas objectivadas (programas, plataformas de partidos, declarações, etc.) que está ligada a toda a história anterior do campo de produção e uma procura política ligada, ela própria, à história das relações entre a oferta e a procura. A correlação que se pode observar num dado momento entre as tomadas de posição sobre este ou aquele problema político e as posições no espaço social só se pode compreender perfeitamente se se notar que as classificações utilizadas pelos votantes para fazerem a sua escolha (direita/esquerda, por exemplo) são produto de todas as lutas anteriores e que o mesmo se passa com as classificações utilizadas pelo analista para classificar não só as opiniões, mas também os agentes que as exprimem. Toda a história do campo social está presente, em cada momento, em forma materializada — em instituições tais como os serviços permanentes de partidos ou de sindicatos — e em forma incorporada — nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem (com os efeitos de histerese ligados à fidelidade). Todas as formas de identidade colectiva reconhecida — a «classe operária» ou a CGT, os «artífices», os «quadros» ou os «adidos», etc. — são produto de uma longa e lenta elaboração colectiva: não sendo completamente artificial, sem o que a operação de constituição não teria sucesso, cada um destes corpos de representação que justificam a existência de corpos representados dotados de uma identidade social conhecida e reconhecida, existe por todo um conjunto de instituições que são outras tantas invenções históricas, uma sigla, *sigillum authenticum*, como diziam os canonistas, um selo ou um carimbo, um escritório ou um secretariado dotado de um monopólio da assinatura e da *plena potentia agendi et loquendi*, etc. Esta representação, produto das lutas que se desenrolaram, no seio do campo político e também no exterior dele, a propósito sobretudo do poder sobre o Estado, deve as suas características específicas à história particular de um campo político e de um Estado específicos (o que

explica, entre outras coisas, as diferenças que separam as representações das divisões sociais, logo, dos grupos representados, conforme os países). Para evitar que se seja iludido pelos efeitos do trabalho de *naturalização*, que todo o grupo tende a produzir em vista de se legitimar, de justificar plenamente a sua existência, é preciso pois reconstruir em cada caso o *trabalho histórico* de que são produto as divisões sociais e a visão social dessas divisões. A posição social adequadamente definida é a que dá a melhor previsão das práticas e das representações; mas, para evitar que se confira àquilo a que outrora se chamava o *estado*, isto é, à identidade social (hoje cada vez mais plenamente identificada com a identidade profissional) o lugar do ser na antiga metafísica, quer dizer, a função de uma essência de que derivariam todos os aspectos da existência histórica — segundo a fórmula *operatio sequitur esse* — é preciso ter em atenção de modo muito claro que este *status*, como o *habitus* que nele se gera são produtos da história, susceptíveis de serem transformados, de modo mais ou menos difícil, pela história.

A classe como representação e como vontade

Mas para estabelecer como se constitui e se institui o poder de constituição e de instituição que o porta-voz autorizado — chefe de partido ou de sindicato, por exemplo — detém, não basta explicar os interesses específicos dos teóricos ou dos porta-vozes e as afinidades estruturais que os ligam aos seus mandantes; é preciso ainda analisar a lógica do processo de instituição, geralmente percebido e descrito como processo de delegação, pelo qual o mandatário recebe do grupo o poder de fazer o grupo. Podemos seguir aqui os historiadores do direito (Kantorowicz, Post, etc.), transpondo as suas análises, quando eles descrevem o mistério do ministério — segundo o jogo de palavras *mysterium/ministerium*, prezado pelos canonistas. O mistério do processo de transubstanciação que faz com que o porta-voz se torne no grupo que ele exprime só pode ser penetrado por uma análise histórica da génese e do funcionamento da *representação*, pela qual o representante faz o grupo que o faz

a ele: o porta-voz dotado do pleno poder de falar e de agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por esta procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de se assumir pelo grupo, de falar e de agir como se fosse o grupo feito homem: *Status est magistratus*, «l'État c'est moi», «O Sindicato pensa que...» etc.

O mistério do ministério é um desses casos de magia social em que uma coisa ou uma pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é, um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral, etc.) que pode identificar-se e ser identificado com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc. ou com uma entidade social, a Nação, o Estado, a Igreja, o Partido. O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir pela delegação num porta-voz que o fará existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele. O círculo fica então fechado: o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele. Esta relação circular é a raiz da ilusão carismática que faz com que, *no limite*, o porta-voz possa aparecer e apresentar-se como *causa sui*. A alienação política encontra a sua origem no facto de só ser possível aos agentes isolados — sobretudo por estarem mais desprovidos simbolicamente — constituirem-se como grupo, quer dizer, como força capaz de se fazer ouvir no campo político, desapossando-se em proveito de um aparelho; no facto de ser sempre preciso arriscar o desapossamento político para escapar ao desapossamento político. O feiticismo é, segundo Marx, o que advém quando «produtos da cabeça do homem aparecem como dotados de uma vida própria»; o feiticismo político reside precisamente em que o valor da personagem hipostasiada, esse produto da cabeça do homem, aparece como carisma, misteriosa propriedade objectiva da pessoa, encanto inapreensível mistério sem nome. O ministro, ministro do culto ou ministro do Estado,

acha-se numa relação de metonímia com o grupo; sendo parte do grupo, ele funciona como sinal pela totalidade do grupo. É ele quem, enquanto substituto perfeitamente real de um ser perfeitamente simbólico, favorece um «erro de categoria», como diria Ryle, bastante semelhante ao da criança que, após ter visto desfilar os soldados de que se compõe o regimento, pergunta onde está o regimento: unicamente pela sua existência visível, ele constitui a pura diversidade serial dos indivíduos separados em pessoa moral, a *collectio personarum plurium* em *corporatio*, em corpo constituído, e pode mesmo, pelo efeito da mobilização e da manifestação, fazê-la aparecer como um agente social.

A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos. Pelo poder do mais antigo dos efeitos metafísicos ligados à existência de um simbolismo, a saber, aquele que permite que se tenha por existente tudo o que pode ser *significado* (Deus ou o não-ser), a representação política produz e reproduz a cada instante uma forma derivada do argumento do rei calvo de França, que é caro aos lógicos: todo o enunciado predicativo que tenha como sujeito a «classe operária», qualquer que ele seja, dissimula um enunciado existencial (*há* uma classe operária). De modo mais geral, todos os enunciados que têm como sujeito um colectivo, Povo, Classe, Universidade, Escola, Estado, supõem resolvido o problema da existência do grupo em questão e encobrem esta espécie de «falsificação de escrita metafísica» que foi possível denunciar no argumento ontológico. O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o acto de nomeação. É por isso que é preciso proceder a uma crítica da razão política, intrinsecamente dada a abusos de linguagem que são abusos de poder, se se quer pôr a questão pela qual toda a sociologia deveria começar, a saber, a da existência e do modo de existência dos colectivos.

A classe existe na medida em que — e só na medida em que — os mandatários dotados de *plena potentia agendi* podem

ser e sentir-se autorizados a falar em *nome* dela — segundo a equação *o Partido é a classe operária*, ou *a classe operária é o Partido*, fórmula que reproduz a equação dos canonistas *a Igreja é o Papa (ou os Bispos), o Papa (ou os Bispos) é a Igreja* — e a fazê-la existir assim como uma força real no seio do campo político. O modo de existência daquilo a que hoje se chama, em muitas sociedades (com variações, evidentemente), «classe operária» é perfeitamente paradoxal: trata-se de uma espécie de *existência em pensamento*, de uma existência no pensamento de uma boa parte daqueles que as taxinomias designam como operários, mas também no pensamento dos ocupantes das posições mais afastadas destes últimos no espaço social. Esta existência reconhecida quase universalmente assenta ela própria na existência de uma *classe operária em representação*, quer dizer, de aparelhos políticos e sindicais e de porta-vozes permanentes, vitalmente interessados em crer que ela existe e em fazê-lo crer tanto àqueles que a ela pertencem como àqueles que a rejeitam, capazes de *fazer falar* a «classe operária» — e de uma só voz —, de a evocar, como se evocam os espíritos, de a invocar, como se invocam os deuses e os santos patronos, e até mesmo de a exibir simbolicamente através da *manifestação*, espécie de aparato teatral da classe em representação, com o corpo dos representantes permanentes e toda a simbólica constitutiva da sua existência — siglas, emblemas, insígnias — por um lado e, por outro lado, a fracção mais convicta dos crentes que, pela sua presença, permite que os representantes dêem a representação da sua representatividade. Esta classe operária como «vontade e representação» — segundo o famoso título de Schopenhäuer — nada tem da classe em acto, grupo real realmente mobilizado, que a tradição marxista evocava. Mas nem por isso ela é menos real, embora a sua realidade seja aquela realidade mágica que (seguindo Durkheim e Mauss) define as instituições como ficções sociais. Esta classe, verdadeiro corpo místico, criada à custa de um imenso trabalho histórico de invenção teórica e prática — a começar pelo do próprio Marx —, incessantemente recriada pelos esforços e dedicações sem número e sem fim que são necessários para produzir e reproduzir a crença e a instituição que garante a

reprodução da crença, existe no corpo de mandatários — e por meio dele —, os quais lhe dão uma palavra e uma presença visíveis, existe na crença na sua existência que este corpo de plenipotenciários consegue impor, pela sua existência e pelas suas representações, na base das afinidades que unem objectivamente os membros da mesma «classe no papel» como grupo provável [14]. O sucesso histórico da teoria marxista, a primeira, entre as teorias sociais com pretensões científicas, a ter-se realizado de modo tão completo no mundo social, contribui assim para fazer com que a teoria do mundo social menos capaz de integrar o *feito de teoria* — que ela exerceu mais do que qualquer outra — represente hoje, sem dúvida, o mais poderoso obstáculo ao progresso da teoria adequada do mundo social, progresso para o qual, em outros tempos, ela contribuiu mais do que qualquer outra.

[14] Para uma análise semelhante da relação entre o grupo de parentesco «no papel» e o grupo de parentesco prático como «representação e vontade», ver P. Bourdieu, *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Genève, Droz, 1972, e *Le sens pratique*, Paris, Minuit, 1980.